

## Medicalização da educação: problematizações e arqueogenealogia a partir da “Revista de Educação” do estado do Espírito Santo (1934-1937)

## Medicalization of education: problematization and archeogenealogy from “Education Magazine” of the state of Espírito Santo (1934-1937)

Débora Nascimento de Oliveira<sup>1</sup>

Prefeitura Municipal de Vitória

Prefeitura Municipal de Cariacica

[deboranascimentooliveira@gmail.com](mailto:deboranascimentooliveira@gmail.com)

Elizabete Bassani<sup>2</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo

[betebassani23@gmail.com](mailto:betebassani23@gmail.com)

Jair Ronchi Filho<sup>3</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo

[jarofi310562@gmail.com](mailto:jarofi310562@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo é resultado de parte de uma dissertação de mestrado que objetivou problematizar a disseminação de discursos medicalizantes na educação infantil. O conceito de medicalização é apresentado segundo a perspectiva de autores como Foucault, Illich, Szasz, entre outros teóricos. O texto trata como essencial o conceito de discurso a partir de Foucault, desse modo desenvolvemos uma arqueogenealogia, a qual consistiu em uma pesquisa documental que utilizou como monumento a “Revista de Educação”, publicada no estado do Espírito Santo entre os anos de 1934 e 1937.

---

<sup>1</sup> Prefeitura Municipal de Vitória, Vitória-ES, Brasil./ Prefeitura Municipal de Cariacica, Cariacica –ES, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Avenida Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Avenida Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, Brasil.

Selecionamos para análise matérias que explicitavam, em especial, o valor destinado às relações entre educação e saúde, enfatizando a hierarquia saber/poder da saúde sobre a educação, trazendo inúmeros preceitos higienistas que nos permitiram uma compreensão sobre como os referidos escritos disseminaram preconceitos e exclusões nos cotidianos escolares no estado do Espírito Santo.

**Palavras-chave:** Medicalização; Arqueogenealogia; Educação Infantil.

**Abstract:** This article derives from part of a master's thesis that aimed to problematize the dissemination of medicalizing discourses in early childhood education. The concept of medicalization is presented from the perspective of authors such as Foucault, Illich, and Szasz, among other theoreticians. The text highlights the concept of discourse by Foucault. Thus we developed an archegenealogy, which consisted of documental research that used as a monument the "Education Magazine" (*Revista de Educação*), published in the state of Espírito Santo, Brazil, between 1934 and 1937. We selected for analysis subjects that explained, in particular, the value allocated to the relationship between education and healthcare, emphasizing the knowledge/power hierarchy of health over education, bringing numerous hygienist precepts that allowed us to understand how these writings disseminated prejudice and exclusions in daily school life in the state of Espírito Santo.

**Keywords:** Medicalization; Archegenealogy; Childhood education.

## Pensamentos introdutórios

Este artigo constitui-se de parte de uma dissertação de mestrado que trata dos discursos medicalizantes na educação infantil, trazendo problematizações em torno da educação especial. Os estudos foucaultianos consideram a linguagem como constitutiva de nosso pensamento e consequentemente como criadora dos sentidos que damos para as coisas e o mundo. “Dado que cada um de nós nasce num mundo que já é de linguagem, num mundo em que os discursos já estão há muito tempo circulando, nós nos tornamos sujeitos derivados desses discursos” (VEIGA-NETO, 2003, p.110). Tais discursos são mais do que subjetivos, eles subjetivam. Assim, a enunciação sobre os processos de aprendizagem/comportamento infantis os constrói, sendo relevante ressaltar que as práticas discursivas presentes nos cotidianos escolares são partes de discursos que circulam ao longo dos tempos, de diferentes maneiras, de acordo com acontecimentos de uma determinada época que propiciaram seu surgimento. A partir desses pressupostos, desenvolvemos esta pesquisa, que buscou problematizar a constituição dos discursos medicalizantes na educação contemporânea, realizando uma arqueogenealogia do discurso sobre a educação no estado do Espírito Santo por meio de um levantamento documental realizado na “Revista de Educação”, publicada entre os anos de 1934 e 1937.

## Arqueogenealogia dos discursos sobre Medicalização na Educação

O discurso sobre a relação entre os problemas de ordem biológica e as maneiras de ser e estar no mundo estão cada vez mais presentes na educação. Quando questões da vida, marcadas pela história e pela cultura, são reduzidas ao determinismo biológico, chamamos a esse fenômeno de medicalização. Desse modo, questões históricas, políticas, culturais e sociais são desconsideradas como determinantes do sofrimento humano e, quando tais problemáticas são relegadas a segundo plano, os sujeitos são subjetivados ao abandono de problematizações, criando uma sociedade cada vez mais embasada nos valores meritocráticos.

A medicalização da educação e da vida vem sendo debatida por inúmeros pesquisadores ao longo de décadas. Ivan Illich (1975) foi um dos pioneiros na designação do termo medicalização quando comparou a medicina aos modelos industriais, afirmando que essa “indústria médica” oferece aos seus consumidores terapias que eles foram ensinados a desejar, desmistificando a relação da evolução do mundo e do bem-estar das populações em concomitância com os avanços da medicina. Para ele, o bem-estar populacional depende majoritariamente de questões relativas à historicidade e cultura de um povo, assim, a saúde é determinada pelas condições de vida e não pelos avanços médico-tecnológicos.

Partindo desse pressuposto, Illich (1975) nos fala das “doenças provocadas pela medicina”, a iatrogênese, termo composto pelas palavras gregas *iatros* (médico) e *genesis* (origem). O filósofo também faz a distinção entre três formas de iatrogênese: (a) *iatrogênese clínica*, composta pela variedade de efeitos adversos secundários, causados pelas terapêuticas, sendo resultados não técnicos advindos da intervenção técnica do médico; (b) *iatrogênese social*, representada pelo efeito social não desejado do impacto social da medicina, mais do que sua ação técnica direta; e (c) *iatrogênese estrutural/cultural*, representada pela subordinação às terapêuticas ao ponto de prejuízo à coletividade, provocando assim uma regressão estrutural no nível de saúde, uma vez que é por meio da construção coletiva de cultura que a saúde é constituída.

Diante de suas análises, Illich (1975) designa a medicalização como o processo no qual o saber médico se apropria não somente do tratamento de moléstias do corpo como transforma aspectos próprios da vida em patologias, tornando cada vez mais tênue a linha que separa a normalidade e a anormalidade. Experiências humanas como a dor e o sofrimento são transformadas em questões técnicas.

As questões de ordem econômica também são determinantes para a produção dos processos medicalizantes. Vejamos o exemplo da medicalização da infância:

A medicalização da primeira infância não é somente danosa para o indivíduo. Como a da velhice, ela é um instrumento para reproduzir uma sociedade de classes. Boltanski estudou 80 obras de puericultura, em francês, por ordem cronológica, de 1842 a 1966, o que permite seguir a evolução do bebê contemporâneo e a medicalização progressiva de seu tratamento. A inovação aconselhada pelo médico é sempre privilégio dos ricos. A sociedade moderna não está apenas estratificada, está hierarquizada (ILLICH, 1975, n.p).

Freitas e Amarante (2015), ao discorrerem sobre o fenômeno, afirmam que o termo medicalização começou a frequentar a literatura científica desde a metade do século XX, e, em especial desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a sociedade vive uma verdadeira revolução terapêutica por meio da consagração da indústria farmacêutica. Com o pós-guerra e as reivindicações das sociedades pela criação de sistemas de saúde pública e de qualidade, as práticas discursivas sobre a saúde ganharam evidência nunca vista. Para os autores, assim como para Illich (1975), as questões econômicas também perpassam essas transformações, pois o papel do médico está fundado nas relações de poder constituídas, não se tratando somente de uma evolução do saber científico, mas, sobretudo, da construção social de um poder sobre os indivíduos. A medicina adquire assim o direito de decidir como se deve trabalhar, dormir, comer, desejar, entre outras ações cotidianas.

Sobre a doença mental, Freitas e Amarante (2015), com base nas pesquisas de Thomas Szasz, explicitam como essa vem sendo fabricada. Ao realizarem uma análise dos diferentes manuais de diagnóstico, como o “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (DSM), os autores chegaram à conclusão de que, atualmente, o paradigma biologicista da doença mental é predominante no campo da psiquiatria.

Contudo, ao contrário do que o senso comum costuma acreditar, as sucessivas versões do DSM não se devem ao implacável avanço do progresso científico: cada uma delas resulta de lutas políticas, uma vez que existem fortes interesses corporativos na área da psiquiatria. Além dos da indústria farmacêutica, há também os dos grupos organizados de pacientes psiquiátricos. Para estes, o que está em questão são direitos – desde o que reembolsa tratamentos até os relativos a benefícios previdenciários (FREITAS e AMARANTE, 2015, p. 44).

Os autores citam exemplos de como foram construídas categorias do DSM de acordo com processos sociais em um determinado momento. O primeiro caso é o da homossexualidade, que antes era considerada objeto de estudo da saúde mental. Tratamentos destinados aos gays e lésbicas consistiam em cirurgias, lobotomia, esterilização, eletrochoque, entre outros procedimentos, até que os movimentos da comunidade gay se mobilizaram para lutar por seus direitos, demonstrando que não eram doentes, mas sim tinham estilos de vida próprios.

Já em um movimento contrário, os soldados que retornaram da Guerra do Vietnã durante os anos 60 consideravam que não estavam recebendo o tratamento adequado após terem lutado pelo país, iniciando um movimento para que seu sofrimento fosse incluído como uma categoria do DSM, que foi chamada de “Transtorno do Estresse Pós-Traumático” (TEPT). Desse modo, o medo e o pânico passaram a ser interpretados como uma “resposta normal, porém patológica, tendo em vista situações traumatizantes vivenciadas numa guerra” (FREITAS e AMARANTE, 2015, p. 75). Os soldados passaram a ser vistos como sujeitos humanos acometidos por sofrimento.

Esses exemplos nos ajudam a compreender como as categorias nosológicas também são criações, e que diferentes motivações estão envolvidas em seu surgimento, desnudando as teorias deterministas sobre a doença mental. Os pesquisadores concluem sobre a medicalização:

Embora o termo medicalização remeta diretamente à medicação e uso de medicamentos, não devemos reduzir uma ideia à outra. Medicalização é, grosso modo, um processo amplo pelo qual condições humanas e problemas ordinários passam a ser definidos e tratados como condições médicas, tornando-se, portanto, objeto de estudo médico, diagnóstico, prevenção ou tratamento. Pelas implicações dessa lógica, trata-se de um fenômeno que é, ao mesmo tempo, de ordem cultural, política e econômica (FREITAS e AMARANTE, 2015, p. 131).

Foucault também foi um dos estudiosos que se dedicou à conceitualização do termo medicalização. Segundo Zorzaneli e Cruz (2018), o conceito foi debatido pelo filósofo em épocas próximas de que outros pesquisadores se debruçavam sobre a temática, como Illich e Szasz, porém por meio de diferentes abordagens. Para Illich, a medicalização era o resultado do imperialismo da profissão médica sobre os indivíduos, já Szasz considera como os problemas cotidianos são transformados em transtornos psiquiátricos com base na expertise psiquiátrica. Foucault, por sua vez, considera a medicalização primeiramente ligada aos processos de desenvolvimento da saúde pública sanitária, como um biopoder, quer dizer, uma forma de controle das populações, e posteriormente como “processo de apagamento das fronteiras entre a medicina e a vida como um todo, ou seja, o processo de medicalização indefinida” (ZORZANELLI e CRUZ, 2018, p.728).

Szasz (1974) é um dos autores que mais enfatiza o processo de medicalização da psiquiatria como uma moralização social que acaba por mascarar problemas sociais e políticos, cabendo à ciência uma crítica aos mitos.

Rotular os indivíduos que se sobressaem, ou que são incapacitados por problemas da vida, de “doentes mentais” apenas impediu e retardou o reconhecimento da natureza política e moral dos fenômenos para os quais se dirigem os psiquiatras (SZASZ, 1974, p.38).

A área da educação conta com inúmeras pesquisas com o tema da medicalização há várias décadas. Segundo Moysés e Collares (2018), a medicalização da vida de crianças e adolescentes ocorre por via da “invenção das doenças do não aprender” (MOYSÉS e COLLARES, 2018, p.157), delegando à medicina o pretenso poder de resolução dos graves e crônicos problemas da educação brasileira. Assim, a medicalização assume diferentes formas no campo educacional, como os preconceitos raciais, a anemia, a verminose, a desnutrição e, a partir dos anos 1980, as supostas disfunções neurológicas como causas do não aprendizado. “Os infinitos modos de aprender e os diferentes modos de ser e agir – campos de grande complexidade e diversidade – têm sido alvos preferenciais da medicalização/patologização” (MOYSÉS e COLLARES, 2018, p.157). “Vivemos a ‘era dos transtornos’, mas também a ‘era das possibilidades de tudo mudar’. Este é um embate real em um tempo de transições. Este é o motivo de tanto ódio, de tanto medo” (MOYSÉS e COLLARES, 2014, p.42).

A partir dessas discussões acerca do conceito de medicalização e dos processos medicalizantes da educação, desenvolvemos este estudo documental utilizando como uma das ferramentas para a busca de pistas o aporte teórico de Michel Foucault, ressaltando que não temos a pretensão de que ela seja usada de forma estática. A pesquisa a partir dos conceitos foucaultianos como ferramenta é chamada por alguns estudiosos de arqueologia, genealogia ou arqueogenealogia, sendo seu principal objetivo não a explicação do que foi uma determinada época, mas a problematização de uma questão e como ao longo da história os sujeitos foram produzidos e se produziram através de diferentes dispositivos (discursivos e não discursivos). Foucault defendeu uma “história-problema”, tratando-se de uma nova forma de problematizar a História, e, questionando o conceito de verdade, ele defende o uso dos documentos como monumentos<sup>4</sup> (RAGO, 1995).

[...] podemos reencontrar aquele projeto de uma *ontologia de nós mesmos* em oposição ao projeto que predomina entre os historiadores. Pois, em síntese, por um lado Foucault aplica um método arqueológico, discute problemas (não um período) em um feixe de práticas discursivas e não discursivas, por meio de uma pesquisa histórico-crítica ‘provada’, recusa a relação exclusiva entre o real e a sociedade e descreve racionalidades com a pretensão de fazer pensar diferente (RAMOS, 2012, p. 7).

A partir desses pressupostos, desenvolvemos em nossa dissertação de mestrado um estudo documental que teve como objetivo analisar como as práticas discursivas medicalizantes foram propagadas ao longo da história, sendo responsáveis por discursos e práticas medicalizantes nos cotidianos escolares na contemporaneidade, uma vez que, ao serem perpetuadas, ressurgem com novas roupagens, mantendo sua essência de disseminação de preconceitos.

Tivemos acesso, para esta pesquisa, há nove exemplares da “Revista de Educação”, disponível no Arquivo Público Municipal do Espírito Santo, sendo que algumas publicações englobam um período de dois a quatro meses em um único exemplar. Os periódicos disponíveis são os exemplares número 14, de maio de 1935; números 15 e 16, de junho e julho de 1935; número 22, de março de 1936; números 25 a 28, de setembro a dezembro de 1936; e número 9, de maio de 1937. Não localizamos no Arquivo Público nenhum exemplar do primeiro ano de publicação da revista, 1934.

Do total de exemplares disponíveis no Arquivo Público, fizemos a leitura e análise de nove e utilizamos três exemplares os quais apresentavam conteúdo que atendia aos objetivos propostos em nossa pesquisa. Desse modo, selecionamos para análise matérias que explicitavam, em especial, o valor destinado às relações entre educação e saúde, enfatizando a hierarquia saber/poder da saúde sobre a educação, trazendo inúmeros preceitos higienistas.

---

<sup>4</sup>Sobre os documentos como monumentos, citamos Castro (2016, p.41): “A tarefa primeira da história já não consiste em interpretar o documento, determinar se diz a verdade ou seu valor expressivo, mas, antes, em trabalhá-lo desde o interior. (...) Em outros termos, em lugar de tratar os monumentos como documentos (lugar de memória do passado), agora os trata como monumentos. Não busca neles os rastros que os homens tenham podido deixar, mas desdobra um conjunto de elementos, isola-os, agrupa-os, estabelece relações, reúne-os segundo níveis de pertinência”.

## **A “Revista de Educação” do estado do Espírito Santo (1934-1937): a infância medicalizada**

O encontro com uma realidade escolar marcada por uma infância medicalizada nos suscita questões sobre como teve origem esse processo e, de posse desse saber, nos permite compreender de que forma ele pode nos auxiliar na criação de possibilidades de um fazer diferente. Vários pesquisadores localizam no discurso médico higienista uma possível origem para as práticas medicalizantes presentes nas escolas.

É interessante observar que, mesmo sofrendo grandes metamorfoses em períodos diversos, esse discurso mantém sua essência intocada e é essa essência a responsável pela disseminação dos preconceitos nos cotidianos escolares. Segundo Zucoloto (2007), a interpretação do desempenho escolar dos alunos que contrariam o que as instituições escolares esperam em termos de aprendizagem e comportamento, ao longo da história, ganhou explicações medicalizantes ou patologizantes. A autora explica que as primeiras interferências do Estado brasileiro em relação à questão da saúde na escola se deram no século XIX como tentativa de controle de epidemias. Além disso, a escola apresentava-se como um lugar onde a questão da higiene ganhava impulso, não havendo um consenso entre pesquisadores sobre a época exata na qual a medicina domina e amplia seus espaços de competência para a escola. Como citado, Zucoloto (2007), Gondra (1998) e Freire da Costa (2004) afirmam que o fato se dá no século XIX; já Lima (1985), Sthephanou (1996) e Patto (2015) defendem que foi apenas no século XX que o fato foi consumado. Porém, todos os autores concordam que a partir daí surge o fenômeno da medicalização da sociedade e da educação.

Patto (2015) faz uma minuciosa investigação sobre os processos de produção do fracasso escolar e consequentemente dos processos medicalizantes. A autora vai às origens de ascensão da burguesia e do sistema capitalista, passando pelo surgimento das teorias raciais. Por meio de tais ideais, que têm origem com as pesquisas de Francis Galton, as desigualdades sociais passam a ser traduzidas em desigualdades raciais, pessoais e culturais, delegando a alguns seres humanos “uma inferioridade inata”. As ideias eugenistas formuladas por Galton e difundidas por diversos outros pesquisadores acabam sendo incorporadas por intelectuais brasileiros defensores do higienismo.

O higienismo foi uma doutrina que buscava manter a higienização dos espaços urbanos com o objetivo de impedir que surtos epidêmicos de algumas doenças, como febre amarela, tuberculose, varíola, se espalhassem entre a população; assim, médicos e sanitaristas defendiam certos padrões sociais e comportamentais em nome da saúde. O trabalho de higienização das cidades foi responsável pela expulsão de trabalhadores pobres que viviam em prédios antigos e decadentes das cidades, transformados em cortiços. Sob a alegação dos riscos para a saúde que tais construções traziam pela proliferação de mosquitos, ratos e condições insalubres, essa parcela da população passa a habitar os morros, porém, conforme apresenta Bertolli Filho (2003, p.26), “[...] continuava a viver em cortiços e a ser a maior vítima das enfermidades que se tornavam raras entre os grupos mais abastados”.

As teorias raciais e o higienismo tiveram grande influência no campo educacional e suas crenças deixaram como herança discursos que ainda ecoam nas escolas contemporâneas, por exemplo, a crença na capacidade inata de alguns e a certeza de uma “superioridade biológico-social do corpo” (COSTA, 2004, p.13). Os médicos foram os primeiros especialistas a se ocuparem dos casos de dificuldades de

aprendizagem. “Os higienistas colaboraram no processo de hierarquização social da inteligência, criando a ideia de que o indivíduo culto era superior ao inculto” (COSTA, 2004, p.14).

Nos primeiros anos do século XX, testes de Quociente Intelectual (QI) ganham grande *status* no meio científico, influenciando as decisões de educadores sobre o destino de considerável contingente de crianças, desde a criança considerada anormal até a “criança problema”. A criança anormal era vítima da crença em anomalias genéticas e orgânicas, enquanto a criança problema era produto de um ambiente social e familiar desajustado e, portanto, com poucas ou nulas chances de mudança em tal quadro. No Brasil destacam-se como representantes dos referidos ideais, o médico Leonídio Ribeiro, que dedicou sua carreira às pesquisas sobre “os anormais”, sobretudo os negros, e Arthur Ramos, discípulo de Ribeiro, autor do livro “A criança problema”, que na época representou grande avanço para a desmistificação da origem do fracasso escolar como proveniente de características inerentes à criança.

O livro trouxe um olhar para as questões sociais, porém o grande prejuízo trazido por essa pesquisa foi a sua tradução em termos de um determinismo social: a criança problema torna-se sinônimo de criança pobre e, portanto, condenada ao fracasso. E essa teoria, da carência cultural, ainda vive nos discursos escolares. Sobre o controle exercido pelo discurso médico, Lobo (2015) argumenta que a medicina nos séculos XIX e XX se disseminou pela sociedade, introduzindo gradativamente sua ação normalizadora a partir do hospital para as famílias, as escolas, quartéis e fábricas, chegando ao controle e à organização das condições de vida dos indivíduos. Costa (2004) ainda nos diz que, ao analisarmos os resultados obtidos pela educação higiênica, é possível observar sua clara contribuição na manutenção do *status quo* por meio da manipulação política e econômica da vida dos indivíduos. Para Freitas (2011, p.47), “a história social da educação, especialmente no Brasil, foi a história da escolarização de corpos considerados ‘são’; de inteligências consideradas ‘aptas’ e de comportamentos considerados ‘adequados’”.

Diante dessa história da educação brasileira, pretendemos trazer aqui a problematização sobre a construção de discursos medicalizantes na educação para o âmbito local, uma vez que em nossas pesquisas não encontramos publicações que problematizem os processos medicalizantes no estado do Espírito Santo. Encontramos estudos que utilizam os exemplos de São Paulo, Rio de Janeiro ou Bahia, por isso, semelhantemente, esperamos trazer um novo dado que agregue às pesquisas sobre a temática.

Trazendo o exemplo da “Revista de Educação”, publicada no estado do Espírito Santo entre os anos de 1934 e 1937 como monumento de nossa pesquisa e utilizando como ferramenta a arqueogenealogia de Foucault, nosso interesse não é o de explicar esse período da década de 30, mas sim utilizar a “Revista de Educação” como monumento que nos auxilie a ter outra visão sobre como uma problemática de nosso tempo foi construída e constituiu sujeitos ao longo da história, deixando seus resquícios em nossa época a partir de discursos medicalizantes.

Segundo Nascimento (2014), a “Revista de Educação” do Espírito Santo foi lançada em abril de 1934, publicada, em Vitória, pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Ensino Público do Espírito Santo, e circulou até 1937; trazendo para os leitores as representações de um modelo considerado ideal de educação modernizadora, apresentando saberes sobre a saúde, a higiene, a ginástica, o ensino da língua portuguesa, o ensino do amor à pátria e o esporte. Abordava uma variedade de assuntos relacionados à educação escolarizada, objetivando atingir todo o público ligado à educação, especialmente os professores.



Em consonância com o contexto nacional de planos e estratégias visando um crescente processo de urbanização e industrialização, o estado do Espírito Santo, segundo Mendonça (2010), teve a sua frente, entre os anos de 1930 e 1943, o oficial do Exército João Punaro Bley. Interventor de 1930 a 1935, governador entre 1935 a 1937, eleito pela Assembleia Constituinte Estadual e novamente interventor de 1937 a 1943. A tarefa de educar o capixaba, formando os cidadãos disciplinados, foi preocupação central do projeto político que se afirmou em 1930 e se consolidou no Estado Novo. Assim, a escola assumiu a função moral e espiritual como formadora do futuro cidadão, e as questões educacionais apareceram atreladas à temática do saneamento e da higiene. O espaço escolar apresentou-se naquele momento como uma instituição na qual pareceu possível alcançar grande contingente da população no sentido de normalizar, homogeneizar e ordenar.

Nesse contexto histórico, por meio do Decreto nº 4.012, de 12 de agosto de 1933, foi criado no Espírito Santo o Serviço de Inspeção Médica e Educação Escolar. Já em 1935, a Lei nº 5, de 31 de outubro, prevê que os Departamentos de Saúde Pública e de Educação passem a constituir a Secretaria de Educação e Saúde Pública (CABRAL, 1992). É nesse cenário político de inseparabilidade das funções da educação e da saúde que surge a publicação da “Revista de Educação” do Espírito Santo, que traz em seu conteúdo diversos preceitos da medicina higienista, a qual, como já citado, é considerada por diversos autores a origem dos discursos medicalizantes na educação. Os redatores das publicações eram professores e médicos renomados no estado e por consequência contavam com grande poder de influência no meio educacional. A publicação da Revista de Educação de nº 22, de março de 1936, apresenta uma matéria intitulada “A finalidade da educação”, que explicita a forma como a educação encontrava-se subordinada ao conhecimento médico-científico:

Para bem educar o escolar é necessário conhece-lo. É necessário que se cuide de sua saúde, de seu ambiente, de sua alimentação. E para isso é mister incutir no espírito do escolar, com convicção, os conhecimentos de hygiene, com base da saúde. A criança tem necessidade de conhecimento da transmissão das doenças para que se afaste do mal (...). A Educação Sanitária conduz o escolar a um futuro feliz (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1936, paginação irregular).

Nota-se na matéria que em nenhum momento a noção de ensino e aprendizagem como contribuintes para a constituição do sujeito social, articulando dimensões sociais e políticas da vida humana, está presente, reduzindo o papel da escola à mantenedora de uma biologia saudável, que, dessa maneira, seria pré-requisito fundamental para o desenvolvimento. A educação física, primordialmente, era um importante instrumento utilizado de manutenção do ideal de corpos sãos, sem qualquer relação com a história e cultura do estudante:

Tem por objetivo, um completo desenvolvimento para a constituição orgânica, buscando a sua melhor adaptação nas circunstâncias da actividade que lhe competir. Ella se propõe a formar harmoniosamente o corpo,

conservando o vigor, a flexibilidade dos órgãos e a saúde (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1935, paginação irregular).

E ainda na mesma matéria fica expressa a presença dos preceitos eugenistas e higienistas como norteadores das práticas na educação.

E por intermédio da doutrina de Francis Galton que se procura obter a geração de indivíduos sadios e fortes, livres de inconvenientes de origem hereditária [...]. A ação eugenética constructiva é firmada na educação higienica e na propaganda dos princípios da eugenia e da hereditariedade [...]. A educação physica disposta sob bases scientificas exige um exame prudente dos candidatos à sua prática feito pelo médico, cujas alterações de saúde, deformações, etc; são anotados em uma ficha, fazendo parte da caderneta escolar do interessado e que o acompanha em toda sua vida (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1935, paginação irregular).

Destaca-se aqui o papel atribuído à ciência médica na classificação de alunos considerados normais e anormais. A divulgação de determinados textos, como a exemplo, os escritos da “Revista de Educação”, tendo como base os discursos médicos em interface com a educação, não objetivou somente o desenvolvimento saudável do aluno, mas sim o controle de indivíduos considerados anormais, sendo o “anormal” uma categoria criada pelos próprios representantes dessas ciências. Segundo Foucault (2014), esse tipo de discurso é difundido de diferentes formas desde o século XVIII, passando por metamorfoses, mas podendo facilmente ser reconhecido nos discursos médicos e jurídicos de séculos posteriores, e tais discursos se constituem como instâncias para controle dos “anormais”.

Estamos aqui diante de uma “racionalidade política”, termo elaborado por Michel Foucault (2008), quando discorre sobre os procedimentos empregados pela administração de Estado para conduzir a conduta dos homens. Foucault apresenta a ideia de governo como atividade e não como instituição. Busca compreender os mecanismos do poder na elaboração e na implantação de técnicas para “governar” os indivíduos, isto é, para “conduzir sua conduta”, e isso em domínios diversos como a escola, o Exército, a fábrica; e aqui, em nosso estudo, podemos observar essas técnicas de “governo” a partir dos discursos eugenistas/higienistas reproduzidos nos artigos da “Revista de Educação”.

A publicação de nº 25, ano de 1936, apresenta outra extensa matéria sobre a importância da educação física, ressaltando que a relevância dessa disciplina se deve ao fato de que “indivíduos fisicamente incapazes nada podem produzir para si, nem para a família, nem para a pátria” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1936, p.43). Adicionalmente, preconizando os ideais eugenistas/higienistas, cita o personagem Jeca-Tatu como exemplo do que deve ser combatido por intermédio da educação, e traz a afirmação de que “O Brasil, notadamente o Estado do Espírito Santo, se tornou o pioneiro ardoroso da grandiosa campanha de regeneração da raça principiada pelo Exército Nacional” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1936, p. 43).

Jeca-Tatu, personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato (1882-1948), representa um trabalhador do campo que era avesso ao trabalho devido à infecção causada por verminoses. Ele é citado por Patto

(2015) como um poderoso mito que foi criado no imaginário do povo brasileiro de que a verminose seria a principal causa do insucesso escolar das crianças de classes populares. E na mesma edição encontramos um informativo sobre a criação de colônias de férias que visavam “oferecer aos colonos-escolares, durante certo tempo, completa educação sanitária”. Nessas colônias a criança estaria livre de todos os males, que, segundo essa concepção, seriam responsáveis pelo fracasso escolar, como a anemia, por falta de uma alimentação adequada, e as verminoses. Ainda na edição nº 25, há uma matéria intitulada “A orientação profissional dos retardados” que fala sobre a noção de educação destinada às pessoas com deficiência:

E questão relativamente recente, na França, a orientação profissional dos anormais, tendo despertado a máxima atenção dos biólogos, médicos, educadores, técnicos da indústria e do comércio e também especialistas do mercado do trabalho, que há uns vinte anos vem estudando o assunto, a fim de que a educação do débil tenda ao ensino profissional. Por essa forma, elle poderá tornar-se um indivíduo útil, classificado na sociedade e susceptível de ganhar a sua própria vida e talvez de uma família (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1936, p. 124).

O que há de mais relevante a ser notado nesse trecho é que, apesar de já existirem esforços para a construção de uma educação voltada para as pessoas com deficiência, ela não visava proporcionar o bem-estar dos sujeitos, mas sim pensar formas para que eles não representassem um fardo para a sociedade. A ideia é que pudessem contribuir mesmo minimamente por meio de empregos braçais como construtores, trabalhadores rurais e domésticos. Porém, outro fator relevante é a problematização sobre a concepção de anormalidade presente na época, uma vez que os considerados anormais eram crianças que não se enquadravam em testes pré-estabelecidos e descontextualizados.

Na educação dos retardados é, pois, indispensável, desde cedo, antes mesmo da orientação, já integrada no ensino profissional, a aplicação dos meios que permitam estudar com precisão: A inteligência com o auxílio dos testes psicológicos habituais; o tempo de reacção mental e a chronaxia muscular, a resistência física, com dynamometro, tanto na sua potencia instantânea como no seu prolongamento de esforço e na potencia do seu renovamento; as enfermidades e o estado que dani resulta no ponto de vista das reacções electricas musculares e habilidade com todos os testes motores e principalmente os tão simples [...]. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1936, p.125).

A edição nº 14 de 1935, em uma matéria sobre a luta pela criação de “granjas-escolares”, que seriam um tipo de escola do campo com o objetivo de ofertar mais um trabalho braçal do que educacional propriamente dito, encontramos o resumo perfeito do pensamento sobre a relação saúde e educação.

Alfabetizar é, apenas uma mulêta, ou melhor, a quinta róda de um carro. O que precisamos é de dar saúde a nossa gente que morre de fome, de impudismo e de quanta verminose lhes entra pela boca faminta, pelos pés nus; educar no trabalho productivo; dar-lhes noções práticas de economia, despertando-lhe o interesse imediato; seleccionando-a para as profissões que não se impõem, discricionariamente mas se revelam um meio capaz. Esse meio é que precisamos preparar (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1935, p.46).

A visão de um sujeito a-histórico, reduzido a seus aspectos biológicos, e da escola como mantenedora desses ideais está clara em todas as publicações da revista. É importante a problematização sobre como essas concepções vieram produzindo e ampliando ao longo do tempo o número de diagnósticos, utilizando como base classificações e medicalização de comportamentos considerados fora da norma, segundo um saber médico hegemônico que desconsidera os contextos nos quais os sujeitos estão inseridos.

Foucault (2014) adverte que os discursos estão longe de serem transparentes ou neutros e, a partir do lugar de onde são pronunciados, podem exercer de modo privilegiado temíveis poderes. Veyne (1998), discorrendo sobre a concepção de discurso para Foucault, explica que, mais do que é dito, o discurso designa o que é praticado, e a importância do método foucaultiano consiste na busca pelo falso natural presente em tais falas, historicizando-as.

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (...) Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

## Considerações finais

As tramas discursivas sobre a educação, ao longo da história, sempre abrigaram relações de saber e poder que constituíram um dos pontos responsáveis pela criação das subjetividades de inúmeras crianças que frequentaram os espaços escolares. Por subjetividade, Revel (2011) resume o conceito de Foucault como o produto de determinações históricas e o trabalho com o *si*, como uma dupla ligação. Inúmeros sujeitos foram subjetivados por meio dos discursos sobre a educação que, ao longo do tempo, esteve permeada por preconceitos. Esta arqueogenealogia dos discursos nos conduz a uma análise para além do conhecimento sobre a educação na década de 30, para a problematização de uma questão do presente, que se faz urgente nos cotidianos escolares, uma vez que a escola permanece capturada por discursos e práticas disseminadoras de preconceitos, mesmo que esses, na contemporaneidade, se apresentem com uma nova roupagem.

A problematização a partir das matérias divulgadas na “Revista de Educação”, publicada no Espírito Santo entre 1934 e 1937, demonstra como em determinados momentos da história a educação foi construída por meio da subordinação aos saberes médicos/clínicos positivistas, desconsiderando a prática pedagógica como ponto essencial nos espaços escolares, uma vez que, para essas concepções, fornecer saúde era o aspecto mais relevante, assim como é demonstrado na quase totalidade das matérias publicadas no periódico. Desse modo, também não podemos deixar de citar que o conceito de saúde ofertado estava centrado em práticas excludentes, que valorizavam sujeitos considerados sãos, aptos e adequados.

Inúmeras vezes nos perguntamos: qual a importância dessas informações? Então respondemos que sua relevância é o fato de tais conhecimentos representarem um disparador que nos move para a criação de possibilidades de existência. O novo incomoda as forças que desejam manter a naturalização da vida, desconsiderando seu movimento e complexidade. Por isso, continuamos nossa busca constante por conhecimento e não por uma verdade pré-estabelecida. Como as práticas discursivas e não discursivas criam uma medicalização nos cotidianos escolares contemporaneamente? Como indagam Barros e Kastrup (2010, p.60): “O que a pesquisa pode dizer? Isso só podemos indicar após caminhar a partir do presente. Mas vamos contar o passado? Também. Um passado em movimento, que nos atravessa e transforma o futuro a cada instante”.

## Referências

- BARROS, M.E.B.; KASTRUP, V. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. Coleção História em Movimento. São Paulo: Ática, 2003.
- CABRAL, S. **Saúde pública no Espírito Santo: Da colônia aos dias atuais**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1992.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, F.; AMARANTE, P. **Medicalização em psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- FREITAS, M.C.D. **O aluno Problema**: forma social, ética e inclusão. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ILLICH, I. **A expropriação da saúde: nêmesis da medicina**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

- LOBO, L.F. **Os infames da história**: Pobres, Escravos e Deficientes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- MENDONÇA, C. V. C. Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940). **Dimensões**: Revista de História da Ufes, n. 25, p. 182-195, 2010.
- MOYSÉS, M.A.A.; COLLARES, C.A.L. Medicalização do comportamento e da aprendizagem: a nova face do obscurantismo. In: VIÉGAS, L.S.; RIBEIRO, M.I.; OLIVEIRA, E.C.; TELES, L.A. (Orgs.) **Medicalização da educação e da sociedade**: Ciência ou mito. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 21-46.
- MOYSÉS, M.A.A.; COLLARES, C. A. L. Patologização da vida de crianças e adolescentes em tempos sombrios. In: AMARANTE, P.; PITTA, A.M.F.; OLIVEIRA, W.F (Orgs.) **Patologização e medicalização da vida**: epistemologia e política. São Paulo: Zagodon Editora, 2018, p. 151- 161.
- NASCIMENTO, G.S. **A educação em cena**: a Revista de Educação como circulação de representações sobre saberes educacionais no Espírito Santo (1934-1937). Vitória: Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de Educação – Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.
- RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v.7, n.1/2, p. 67-82, out. 1995.
- RAMOS, I.G. Será Foucault um historiador? Reflexões sobre alguns momentos de controvérsia. In: 6º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2012, Mariana (MG). **Caderno de resumos & Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia**. O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.p. 1-9.
- REVEL, J. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES. Vitória, n. 14, abril/1934.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES. Vitória, n. 22, mar/1935.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO/ES. Vitória, n. 25, mar/1936.
- SZASZ, T. S. **O mito da doença mental**. São Paulo: Círculo do Livro S. A., 1974.
- VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. Coleção Pensadores e Educação, v.4. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VEYNE, P. **Como se Escreve a História e Foucault Revoluciona a História**. 4. ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- ZORZANELLI, R.T.; CRUZ, M.G.A. O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.22, n.66, p. 721-731, 2018.

ZUCOLOTO, P.C.S.V. O médico Higienista na escola: As origens históricas da medicalização escolar. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 136-145, 2007. ISSN 0104-1282.

*Submetido: 27/02/2020*

*Aceito: 04/05/2021*